

**SENADO FEDERAL  
DIRETORIA-GERAL****PORTARIA Nº 2.599, DE 31 DE MAIO DE 2017**

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº 12 de 1995, e tendo em vista o constante no Processo nº 00200.009362/2017- 66, resolve reconduzir TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE ao cargo de Analista Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na vaga anteriormente ocupada pela servidora, de acordo com o disposto nos arts. 8º, inciso IX, e 29, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, a partir de 26 de maio de 2017.

ILANA TROMBKA

**PORTARIA Nº 2.412, DE 1º DE JUNHO DE 2017**

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 226 da Constituição Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 00200.008463/2017-10, resolve autorizar exercício provisório ao servidor desta Casa Legislativa ANDRÉ HERMENEGILDO ROSA, matrícula n.º 256952, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Especialidade Administração, no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com ônus para o Órgão de origem.

ILANA TROMBKA

**DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO****PORTARIA Nº 2.457, DE 29 DE MAIO DE 2017**

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 72 do Regulamento Administrativo conforme o Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2017, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.004866/2017-90, resolve aposentar, por invalidez, com proventos proporcionais, a servidora MARIA GOIACI ALVES CARVALHO, Técnico Legislativo/Processo Legislativo, Nível II, Padrão M-36, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, combinado com a Emenda Constitucional nº 70, de 2012, e o art. 186, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

MARCIO TANCREDI

**PORTARIA Nº 2.458, DE 30 DE MAIO DE 2017**

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 72 do Regulamento Administrativo conforme o Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2017, considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.009061/2017-32, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora NARA MARIA ESTEVES FONSECA GONÇALEZ, Técnico Legislativo/ Processo Legislativo, Nível II, Padrão M-36, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

MARCIO TANCREDI

**PORTARIAS DE 1º DE JUNHO DE 2017**

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 831577, resolve:

Nº 2.634 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, CARLOS RUBENS ALVES DE ARAUJO para exercer o cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão GABSEN/GSRJUC - Gabinete do Senador Romero Jucá.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 831818, resolve:

Nº 2.635 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, EDSON JOSÉ TRAVASSOS VIDIGAL para exercer o cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão COMPER/CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 831775, resolve:

Nº 2.636 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, SUZI RAQUEL BARBOSA RODRIGUES, matrícula nº 304338, do cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do órgão COMPER/CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a partir de 30/05/2017.

MARCIO TANCREDI

**Poder Judiciário****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
SECRETARIA****PORTARIA Nº 90, DE 26 DE MAIO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no caput do art. 38 da Lei nº 8.112/1990 e no art. 123 do Regulamento da Secretaria, resolve:

Art. 1º Dispensar ANDRÉA DA SILVA LIMA BRAGA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do encargo de substituta do Chefe da Seção de Reembolsos, nível FC-06.

Art. 2º Designar ANA KARINE LEMOS MATOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, como substituta do Chefe da Seção de Reembolsos, nível FC-06.

EDUARDO S. TOLEDO

**SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS****PORTARIA Nº 129, DE 25 DE MAIO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inc. II do art. 9º e no inc. I do art. 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Dispensar ANDRÉA DA SILVA LIMA BRAGA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente II, nível FC-02, da Seção de Reembolsos.

Art. 2º Designar ANA KARINE LEMOS MATOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente II, nível FC-02, na Seção de Reembolsos.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
SECRETARIA****PORTARIA Nº 424, DE 1º DE JUNHO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso I do art. 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, resolve:

Exonerar GIUSEPPE DUTRA JANINO, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Análise de Sistemas, do cargo em comissão de Secretário, Nível CJ-3, da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Secretaria do Tribunal.

MAURICIO CALDAS DE MELO

**PORTARIA Nº 425, DE 1º DE JUNHO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, resolve:

Nomear GIUSEPPE DUTRA JANINO para exercer o cargo em comissão de Secretário, Nível CJ-3, da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Secretaria do Tribunal.

MAURICIO CALDAS DE MELO

**PORTARIA Nº 426, DE 1º DE JUNHO DE 2017**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, e considerando o disposto no Procedimento SEI nº 2017.00.000004376-0, resolve:

Conceder aposentadoria a GIUSEPPE DUTRA JANINO, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Análise de Sistemas, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, combinado com o artigo 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, os artigos 12, 13 e 15, III, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 13.317, de 20 de julho de 2016.

MAURICIO CALDAS DE MELO

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 189, DE 24 DE MAIO DE 2017**

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ n. 11.151/2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor VINÍCIUS FERREIRA DIAS, matrícula S066111, para exercer o cargo em comissão de Assessor B, código CJ-1, no Conselho da Justiça Federal, pelo prazo de um ano.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

**PORTARIA Nº 213, DE 2 DE JUNHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 12386/2017, resolve:

Conceder aposentadoria à servidora Alba Lígia Leite Melo e Silva, matrícula S020995, no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, classe C, padrão 13, do quadro de pessoal do Tribunal, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, e do art. 15, III, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e n. 13.317, de 20 de julho de 2016.

Min. LAURITA VAZ

**PORTARIA Nº 214, DE 2 DE JUNHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 13, § 6º, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Processo STJ 3039/2016, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do candidato ANTONIO JORGE SANVIDO SANCHES ALMEIDA para o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, de que trata a Portaria STJ/GP n. 152 de 26 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 subsequente, por ter declinado do prazo estabelecido no § 1º do referido art. 13 e renunciado ao direito de tomar posse no cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

**PORTARIA Nº 215, DE 2 DE JUNHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto na Portaria STJ n. 118 de 11 de maio de 2011, no art. 33, VIII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos processos abaixo discriminados, resolve:

Art. 1º Declarar vagas, com efeitos a partir de 27 de abril de 2017, os cargos de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal ocupados pelos servidores mencionados, em decorrência de posse em outro cargo público, inacumulável.

PROCESSO	NOME
STJ 4196/2016	CAROLINA AMARAL MASSON
STJ 3858/2016	RENATO LUCAS CARDOSO DA SILVA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

**PORTARIA Nº 216, DE 2 DE JUNHO DE 2017**

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no caput do art. 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar FERNANDA NEPOMUCENO BARBOSA, matrícula S042662, para substituir o Chefe de Gabinete, código CJ-3, do Gabinete do Ministro Ribeiro Dantas, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo em comissão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ